



CONTRATO Nº. /2021

PAD Nº. 15.106/2020

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE
SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ E A EMPRESA

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo **Pregão Eletrônico - Registro de Preços** nº. /....., PAD 15.106/2020, Termo de Abertura de Licitação nº xx/2021, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº.
....., com sede na Rua, nº, bairro
....., Cidade/UF/....., CEP:, telefone: (....), e-mail:
....., neste ato representada por,
portador(a) do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si
ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para **fornecimento e instalação de divisórias, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral**, em conformidade com as características e especificações contidas neste documento e anexos.

1.1.1 – Estão inclusos, no objeto contratado, os serviços de desmontagem, remontagem e montagem de divisórias sistema 90, tipo saque frontal, contando com mão-de-obra especializada e todos os materiais necessários para a manutenção, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, **Anexo I**, para atender as readequações de layout e manutenção das áreas demandantes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 – O detalhamento e quantitativos dos materiais e serviços estão dispostos no Termo de Referência, Anexo I, que faz parte integrante deste contrato.

(adequado aos quantitativos e aos itens do pedido respectivo).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	SIASG	UNI-DADE	QUANTI-DADE
1	1	Desmontagem de divisórias, sistema 90 de saque frontal, considerando as duas faces (serviço)	00001581-4	m²	
	2	Montagem de divisórias, sistema 90 de saque frontal, considerando as duas faces (serviço)	00001581-4	m²	
	3	Corte e fitamento de placas de divisórias (serviço)	00001581-4	m	
	4	Placa de divisória 900 x 2100 mm (material novo)	BR0150482	peça	
	5	Placa de divisória 900 x 1650 mm (material)	BR0150482	peça	
	6	Placa de divisória 900 x 900 mm (material novo)	BR0150482	peça	
	7	Placa de divisória 900 x 800 mm (material)	BR0150482	peça	
	8	Placa de divisória 900 x 400 mm (material)	BR0150482	peça	
	9	Guia de piso – barra de 6,00 metros (material)	BR0150482	barra	
	10	Montante vertical – barra de 3,00 metros (material)	BR0150482	barra	
	11	Montante horizontal – barra de 3,00 metros (material)	BR0150482	barra	
	12	Montante vertical – barra de 6,00 metros (material)	BR0150482	barra	
	13	Montante horizontal – barra de 6,00 metros (material)	BR0150482	barra	
	14	Suporte regulável para montagem de divisórias (material)	BR0328782	peça	
	15	Quadro de vidro duplo com persiana entre vidros conjunto completo (material)	BR0457380	peça	
	16	Persiana com Kit (conjunto completo da persiana (material)	BR0216565	peça	
	17	Kit Persiana (botão e mecanismo abre e fecha) (material)	BR0216565	peça	
	18	Batente de porta, em alumínio tempera T5 (material)	BR0072060	peça	
	19	Porta de 900 x 2100 mm de giro (material)	BR0313116	peça	
	20	Dobradiça em latão acetinado (material)	BR0217299	peça	
	21	Conjunto completo de Fechadura (material)	BR0010162	peça	
	22	Módulo de vidro basculante	BR0150482	peça	
	23	Veneziana de Ar Externo	BR0150482	peça	

2.1.1 – Do local da prestação dos serviços: os serviços serão executados nos ambientes do Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e do Fórum Eleitoral de Curitiba, rua João Parolin, 224 e 55, respectivamente, Prado Velho, Curitiba – PR.

2.2 – Do recebimento dos serviços:

2.2.1 – Recebimento provisório:

2.2.1.1 – Os serviços serão fiscalizados pelo servidor designado, que realizará o acompanhamento dos serviços e **o Recebimento Provisório no prazo de 5(cinco) dias úteis da execução**, emitindo o Termo de Recebimento Provisório, **anexo II do Edital**.

2.2.1.2 – Para o recebimento provisório serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) Conferência das medidas em relação aos serviços e das quantidades em relação aos materiais;
- b) Confirmação da utilização de materiais conforme marcas exigidas em atendimento ao princípio da padronização;
- c) Verificação da qualidade dos serviços, considerando a correta montagem e fixação de divisórias, nivelamento e outros;
- d) Verificar se as portas (em razão das divisórias) estão fechando de maneira adequada, sem enroscar, se as fechaduras estão funcionando, bem como se suas dobradiças estão bem fixadas;
- e) Verificar se a estrutura geral das divisórias está bem fixa (não serão aceitos suporte e presilhas em pvc ou nylon);
- f) Verificar se não há riscos ou imperfeições nas placas de divisórias, considerando espessura, cor, tamanho, e padrão existente, foram entregues conforme a especificação no Termo de Referência, Anexo I.
- g) Confirmar se as estruturas são compatíveis com o material já instalado no TRE-PR.
- h) Confirmar, por meio de certificado, a origem da matéria-prima utilizada na fabricação de todo material de madeira, a fim de verificar se é proveniente de reflorestamento, de manejo florestal e/ou da cadeia de custódia, que são os estágios da produção, distribuição e venda de um produto. Serão aceitos Documento de Origem Florestal – DOF e/ou Programa Brasileiro de Certificação Florestal – CERFLOR e/ou Conselho de Manejo Florestal – FSC que deverão ser apresentados em conjunto com a Nota Fiscal.
- i) Confirmar se a desmontagem foi realizada com os cuidados necessários para reaproveitamento de material.
- j) Confirmar se houve separação de material para reaproveitamento e descarte.
- k) Confirmar se a qualidade dos serviços executados está satisfatória.
- l) Verificar se o serviço foi executado no prazo estipulado.

2.2.2 – Recebimento definitivo:

2.2.2.1 – O recebimento definitivo, será realizado no prazo de 5 (cinco dias) do recebimento provisório, pelo servidor designado, que será gestor da contratação, a partir do recebimento provisório, da documentação apresentada e da verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, emitindo o Termo de Recebimento Definitivo, **anexo III do Edital**.

2.2.2.2 – Os documentos apresentados devem ser encaminhados por e-mail ao endereço smic@tre-pr.jus.br.

2.2.2.3 – Caso o **lote** de fornecimento de serviços se enquadre nos requisitos e valores regulamentados no art. 15, § 8º, da Lei 8.666/93, haverá recebimento por comissão específica formada por no mínimo 3 (três) membros.

2.2.2.4 – Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito / imperfeição dos materiais e/ou dos serviços, a Contratada deverá providenciar a substituição / correção no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus adicionais ao TRE/PR. Caso não seja cumprida a determinação, será iniciado procedimento relativo à aplicação de sanções à Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 – As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no item 5 do Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste contrato.

3.2 – A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas até o adimplemento total da contratação.

3.3 – Em relação à Proteção de Dados, a contratada deverá observar o disposto no tem 6 do Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato vigorará pelo período de _____ meses (**12 (doze) meses de garantia + xxx meses da entrega + xxxx recebimento provisório+ xxxxxxxrecebimento definitivo**) a partir da data de sua assinatura, (conforme o pedido respectivo) podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

4.2 – Do prazo de entrega e instalação: os prazos para fornecimento dos materiais e início dos serviços, assim como para a da execução dos serviços de instalação de divisórias serão estabelecidos **no pedido**, conforme a quantidade de serviço a ser executada, de acordo com a seguinte tabela:

(adaptar tabela abaixo, conforme pedido respectivo)

	PRAZO TOTAL DE ENTREGA (dias corridos)	
Quantitativo	Prazo para fornecimento do material e início da execução	Prazo para instalação e finalização dos serviços
De 151 até 300 m ²	Até 15 dias corridos	Até 45 dias corridos
Acima de 300 m ²	Até 20 dias corridos	Até 60 dias corridos

4.2.1 – Para a quantidade de serviço com prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis o pagamento será integral (única parcela),

4.2.2 - Para quantidade de serviço com prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias úteis será possível o pagamento parcial em função da execução **mensal** atestada pelo Fiscal. *(adaptar conforme o pedido)*

4.2.3 – Todos os prazos serão aferidos a partir da data da assinatura do contrato.

4.2.4 – A contratante deverá optar, sempre que possível, por dias e horários que interfiram o mínimo possível nas atividades da administração, sendo responsabilidade da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital informar aos setores onde serão desenvolvidas tais atividades, os dias e horários respectivos.

4.3 - Da garantia:

4.3.1 – A garantia dos serviços deverá ser de, no mínimo, **1 (um) ano**, prazo que se inicia a partir do recebimento definitivo dos serviços e/ou materiais respectivamente, ressalvando a garantia dos materiais pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

4.3.2 – Será exigida garantia quanto à estabilidade das placas divisórias (não devem soltar), funcionalidade das portas e das janelas, e nivelamento e estabilidade das estruturas.

4.3.3 – Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá responder por todas as despesas decorrentes da necessidade de reparos ou serviços de substituição.

4.3.3.1 – Os reparos ou serviços de substituição dos materiais deverão iniciar em até 5 (cinco) dias corridos, a contar da comunicação do TRE/PR, concluindo as correções no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:;
Nota de Empenho: 20...NE00....., emitida em/..../2020;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
SIASG: *(completar conforme pedido)*

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3– Nos termos da Lei nº 8.666/93, art.67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos fiscais/gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

- c) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA;

6.4– Nos termos da Lei nº 8.666/93, art.67, parágrafos 1º e 2º, caberá ao fiscal: observar as disposições contidas neste instrumento, relativas ao acompanhamento, vistoria e verificação do serviço demandado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total do contrato é de R\$..... (.....), a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, nos seguintes termos:

Lote: nº.... (adaptar conforme pedido)

Item	Descrição	Unidade	Valor unitário	Valor Total do item
Total				

7.1.1 – O pagamento, para a quantidade de serviço com prazo de execução de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, será efetuado integralmente (parcela única);

7.1.2 - Para a quantidade de serviço com prazo de entrega superior a 45 (quarenta e cinco) dias úteis, o pagamento será parcial em função da execução realizado no mês, atestada pelo Fiscal.

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail: smic@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.1.3 - Outras especificações necessárias às notas fiscais:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;

- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1. - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2. – Prazo para pagamento de faturas até o limite do artigo 24 inciso II da lei nº8.666/93 (R\$ 17.600,00): **até 05 (cinco) dias úteis** após o atestado da nota fiscal pelo gestor, conforme artigo 5º, parágrafo terceiro, da Lei nº 8.666/93.

7.3.2.2.1 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal acima do valor referido no item 7.3.2.2: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Contrato será devolvida à CONTRATADA, e nesse caso, os prazos previstos para o seu atestado e pagamento, serão interrompidos e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.3.4.1 - Nenhum pagamento será devido à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.3.5 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.3.6 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.7 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA: no eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios

pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/03 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L. C. nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento e garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da lei nº 10.520/02:

a) **Advertência:** para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) **Multas**, que serão aplicadas independentes entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do bem (conforme **item 4.2**), sobre o valor do pedido em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.1.2) Caso o gestor considere inservível o cumprimento da obrigação, incidirá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, que pode ser cumulada com a sanção prevista no item 10.1.c, além da rescisão contratual.

b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pelo fornecimento em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas ou apresentem quaisquer defeitos.

b.3) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação do fornecimento, ou pelo descumprimento da prestação da Garantia prevista no **item 4.3**, dos produtos e serviços fornecidos.

b.4) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de obrigações acessórias.

b.5) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento total, que pode ser cumulada com a sanção prevista no item 10.1.c, além da rescisão contratual.

c) **Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de

impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.3 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 202...

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE-PR.
P/ CONTRATANTE

Anexar o Termo de Referência – Anexo I